

ESTRATÉGIAS DE LUTA E PERMANÊNCIA NA TERRA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO OESTE GOIANO, GOIÁS

José Helder Ferreira¹

Fernando Souza²

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves³

Resumo

A centralidade da pesquisa é compreender as estratégias de luta e permanência na terra na Região Oeste Goiano, Goiás. Para isto, procedeu-se como recorte espacial um acampamento chamado "Terra para todos", onde estão acampadas 34 famílias, e também um Assentamento, Padre Nilo, situado entre os municípios de Iporá/GO e Amorinópolis/GO. A metodologia da pesquisa baseia-se em técnicas de levantamentos de dados e informações qualitativas e quantitativas, como pesquisa de campo, entrevistas, observação direta, diário de campo, registros fotográficos, levantamento e tabulação. Sendo assim, a leitura geográfica da luta pela terra, pela reforma agrária e permanência no território fortalece a compreensão da questão em Goiás e especialmente na região do Oeste Goiano.

Palavras-chave: Luta de pela terra e território. Reforma Agrária. Assentamento. Permanência na terra.

Introdução

[...]

Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos
Para ampararem cercas e bois e
fazer a Terra, escrava
e escravos os humanos!

Outra é a Terra nossa,
Homens, todos!

A humana Terra livre irmãos!
(*Terra nossa, Liberdade* - Dom Pedro Casaldáliga)

¹ Graduando em Geografia na Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. Correio Eletrônico: helderferreirajh15@gmail.com

² Graduando em Geografia na Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. Correio Eletrônico: fernando.eletoar549@gmail.com

³ Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá e do Mestrado Acadêmico em Língua, Literatura e Interculturalidade – POSLLI, da UEG – Campus Cora Coralina. Pesquisador colaborador dos grupos Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/UFJF) e Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU/UFG). Correio eletrônico: ricardo.goncalves@ueg.br

Os versos acima - escritos por Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito em São Félix do Araguaia e defensor histórico dos pobres e expropriados, camponeses e indígenas marcados pelas trajetórias de violência no Brasil – expressam a denúncia contra as marcas de injustiça impressas pela propriedade privada e a apropriação desigual da terra, que se torna escrava do capital. Por outro lado, a defesa da terra livre para todos com abundância e vida substantiva e solidária.

A leitura geográfica da questão agrária revela que elementos como os conflitos por terra e água, estrutura fundiária desigual, lutas por permanência nos *territórios de existência*, produção e comercialização de alimentos, políticas públicas de desenvolvimento rural para camponeses e povos tradicionais compõem a complexidade do campo brasileiro. Com efeito, a luta pela terra, território e reforma agrária em Goiás, considerando como recorte espacial a Região Oeste Goiano, está no centro das problematizações que norteiam esta proposta de pesquisa, tais como: Como é a vida e o cotidiano em áreas de acampamentos de trabalhadores sem-terra? Quais os desafios para permanecer na terra/território após a consolidação da política de assentamentos? Como os referenciais teóricos e metodológicos da Geografia Agrária contribuem para interpretar o tema proposto nesta pesquisa? Consequentemente, estas perguntas nortearam as pesquisas realizadas em duas realidades que envolvem a questão agrária no Oeste Goiano, um acampamento de trabalhadores sem-terra e um assentamento. Ou seja, realidades de lutas e resistências por terra, reforma agrária e permanência nos territórios da vida.

A transformação do latifúndio - das terras improdutivas e que, portanto, não cumprem a função social da propriedade - em Assentamentos Rurais com a consequente redistribuição fundiária são conquistas que partem da organização dos trabalhadores através da luta pela terra e pela reforma agrária no contexto da histórica questão agrária brasileira, sendo a estrutura fundiária desigual um de seus principais elementos. Portanto, concorda-se com Fernandes (2001), ao afirmar que a existência de milhares de assentamentos em diferentes regiões do Brasil não é somente o resultado das políticas do Estado, mas, muito mais das lutas construídas pelos trabalhadores.

Desse modo, a conquista da terra por meio da política de assentamentos significa a construção de um novo território. É outra lógica de (reordenamento do espaço geográfico). Fabrini (2001) também considera que os assentamentos e a efetivação do acesso a terra por famílias de trabalhadores são alcançados pela organização e mobilização social, que passaram a pressionar o Estado para atender suas reivindicações. À vista disso, destaca-se que “o avanço da luta pela terra tem mantido a reforma agrária na pauta política do estado. Todavia, até o momento o Estado não tem sido competente para efetivar uma política de reforma agrária que desconcentre a estrutura fundiária” (FERNANDES, 2001, p. 27).

No entanto, a presença de assentamentos em todo o território brasileiro revela a cartografia ou legendas espaciais das lutas no campo, atualiza o debate sobre a estrutura fundiária desigual e da necessidade da reforma agrária enquanto política pública eficaz para contribuir com a construção de uma sociedade com igualdade e justiça social. Isso significa a democratização da estrutura fundiária e a consequente desconcentração da propriedade da terra.

A centralidade da pesquisa é compreender as estratégias de luta e permanência na terra na Região Oeste Goiano, Goiás. Para isto, procedeu-se como recorte espacial um acampamento chamado "Terra para todos", onde estão acampadas 34 famílias, e também um Assentamento, Padre Nilo, situado entre os municípios de Iporá/GO e Amorinópolis/GO.

A metodologia da pesquisa baseia-se em técnicas de levantamentos de dados e informações qualitativas e quantitativas, como pesquisa de campo, entrevistas, observação direta, diário de campo, registros fotográficos, levantamento e tabulação de dados, elaboração de tabelas e mapas. Estes recursos metodológicos vão contribuir para aprofundar a discussão temática acerca da questão agrária em Goiás e especialmente na região do Oeste Goiano.

Com o objetivo de entender a luta e as estratégias construídas por camponeses em defesa da reforma agrária e também pela permanência das famílias assentadas na terra, procedeu-se de visitas de campo em áreas de acampamentos e assentamentos rurais localizados em municípios da Região Oeste Goiano. Procurou-se compreender como as famílias conseguem reproduzir socialmente a existência desde o processo de acampamento

até se tornarem assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Por consequência, a pesquisa de campo realizada em áreas de acampamento e assentamento contribuiu para entender, a partir de experiências no Oeste Goiano, trajetória de trabalhadores sem-terra e realidades da luta e permanência nos territórios.

A luta pela terra e pela reforma agrária: o Acampamento Terra para todos, Amorinópolis/GO

O capitalismo expande sua lógica de exploração privada da terra, da água e do trabalho aprofundando as contradições e intensificando a pilhagem das bases material da existência de indígenas, camponeses e quilombolas. Sua natureza contraditória e desigual move o seu desenvolvimento para novas fronteiras de acumulação, concentrando riquezas, terras nas mãos de poucos e aumentando o número de pobres e desterritorializados, aprofundando o conflito de classes. Como mostra Oliveira (1991, p. 18) “o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual”. Isso coloca em evidência a agudização das desigualdades, que se expressam geograficamente na ocupação do espaço e produção dos territórios.

A apropriação social do espaço cria *territórios em disputa*, num movimento em que “os interesses conflitantes sobre o uso e a ocupação de um mesmo território geram as disputas territoriais” (CLEPS JÚNIOR, 2010, p. 36). Desta forma, a leitura do território permite enxergar as contradições, as disputas e os conflitos que se materializam na apropriação material e imaterial do espaço e produção dos territórios. Como construção social, na medida em que o território é produzido, fortalece o exercício do poder de determinado grupo ou classe social, que objetiva manter a hegemonia no processo produtivo, em detrimento de camponeses e trabalhadores desterritorializados e precarizados no campo e na cidade.

Martins (1980) considera que a expansão do capitalismo no campo depende da separação fundamental dos trabalhadores dos meios de produção. Ao serem destituídas dos meios de produção o que resta a esses homens e mulheres é vender a força de trabalho como o único bem do qual são donos, acirrando a precarização e fragmentação do trabalho. Camponeses que viviam na terra e da terra acabaram expropriados, abrindo

espaço para a agricultura moderna, altamente mecanizada e regida pelo modo de produção capitalista.

Desse modo, a territorialização do capital nas áreas do Cerrado brasileiro, acentuou os problemas ambientais e sociais, resultantes da expropriação dos camponeses e transformações das relações de produção e trabalho no campo. Em Goiás verifica-se a acentuada expansão do agronegócio nas áreas de Cerrado e concomitante com esse processo, ocupações de terra e implantação de assentamentos nas últimas décadas. Esse processo tem criado territórios em disputa entre trabalhadores sem-terra, sujeitos, camponeses, latifundiários e empresários rurais, expressão concreta das desigualdades, da concentração fundiária e de renda. Por consequência, presencia-se o acirramento da devastação das áreas de Cerrado, transformando os modos de vida e a cultura das populações ainda vivem e resistem neste *Bioma-Território*.

Sendo assim, o olhar geográfico integrado para os trabalhadores, camponeses e camponesas que resistem e luta por terra e território contribui para problematizar a estrutura fundiária desigual e fortalecer a defesa e luta por reforma agrária. Centenas de famílias em marcha e organizadas por movimentos de lutas expressam as estratégias organizativas tramadas em ocupações de terras e nos acampamentos construídos pelos trabalhadores no campo. Na região do Oeste Goiano, Goiás, a constatação desta realidade permitiu o contato com os camponeses e trabalhadores sem-terra acampados.

Assim, na primeira parte da pesquisa realizou-se um trabalho de campo e entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores sem-terra em áreas de ocupação e construção do acampamento "Terra para todos" onde atualmente (2017) vivem 34 famílias. As entrevistas com algumas das famílias sem terra revelaram que há orientações coletivas para todos os acampados. Possuem responsabilidades a serem cumpridas, fortalecendo a formação de base e o processo contínuo de resistência e solidariedade.

No espaço do acampamento foram construídos barracos de madeira e lona (Foto 1). Nos finais de semana são realizadas reuniões com lideranças do próprio acampamento, sindicatos, e outras entidades como a Comissão Pastoral da Terra.

Foto 1 - Imagem do acampamento “terra para todos” barracos feitos de madeira e lona onde abrigam as famílias que esperam uma parcela de terra no município de Amarinópolis/GO.



Fonte: Trabalho de campo, Agosto de 2017.

Autor: Ferreira, 2017.

A luta pela terra e pela reforma agrária envolvendo lideranças de movimentos sociais e sindicais, coletivos de trabalhadores sem-terra, muitos expropriados do campo e que almejam a retorno para a terra de trabalho, outros submetidos a situações precárias de emprego ou infligidos pela condição de desempregados na cidade. À vista disto, a organização coletiva e a construção de espaços para discussões, aprendizados, oficinas e palestras com lideranças internas e externas são essenciais para o fortalecimento das lutas que compõem as trajetórias e os sonhos destes sujeitos. Com efeito, destaca-se a importância dos espaços coletivos no próprio Acampamento (Fotos 2 e 3), onde as pessoas se reúnem e discutem suas demandas e decisões, expressando a força da solidariedade e das estratégias de resistências dos trabalhadores e famílias acampadas.

Foto 2 - Local onde são realizadas as reuniões, com todos os moradores do acampamento e com sindicatos, CPT comissão pastoral da terra onde são ministrados cursos e palestras.



Fonte: Trabalho de campo, Agosto de 2017.

Autor: Ferreira, 2017.

Foto 3 - Mural com as pautas e nomes das pessoas acampadas, com horários de reuniões e palestras a serem realizadas no Acampamento.



Fonte: Trabalho de campo, Agosto de 2017.

Autor: Ferreira, 2017.

Um dos entrevistados no Acampamento ‘Terra para todos’ afirmou: *“neste espaço reunimos a coletividade dos trabalhadores para discutir nossas estratégias de luta, para socializar e trocar experiências. Muitos de nós estamos a muitos anos na luta pela terra, sonhamos com um pedaço de chão para cultivar nosso próprio alimento, criar nossos animais, gerar renda e viver com dignidade. Também fazemos aqui cursos e formação de base, queremos nosso povo unido e consciente das injustiças que afetam os pobres, os sem-terra. Queremos formar o povo para a luta e a resistência”* (Informação vera, Acampamento Terra para todos, Amorinópolis/GO, Agos./2017).

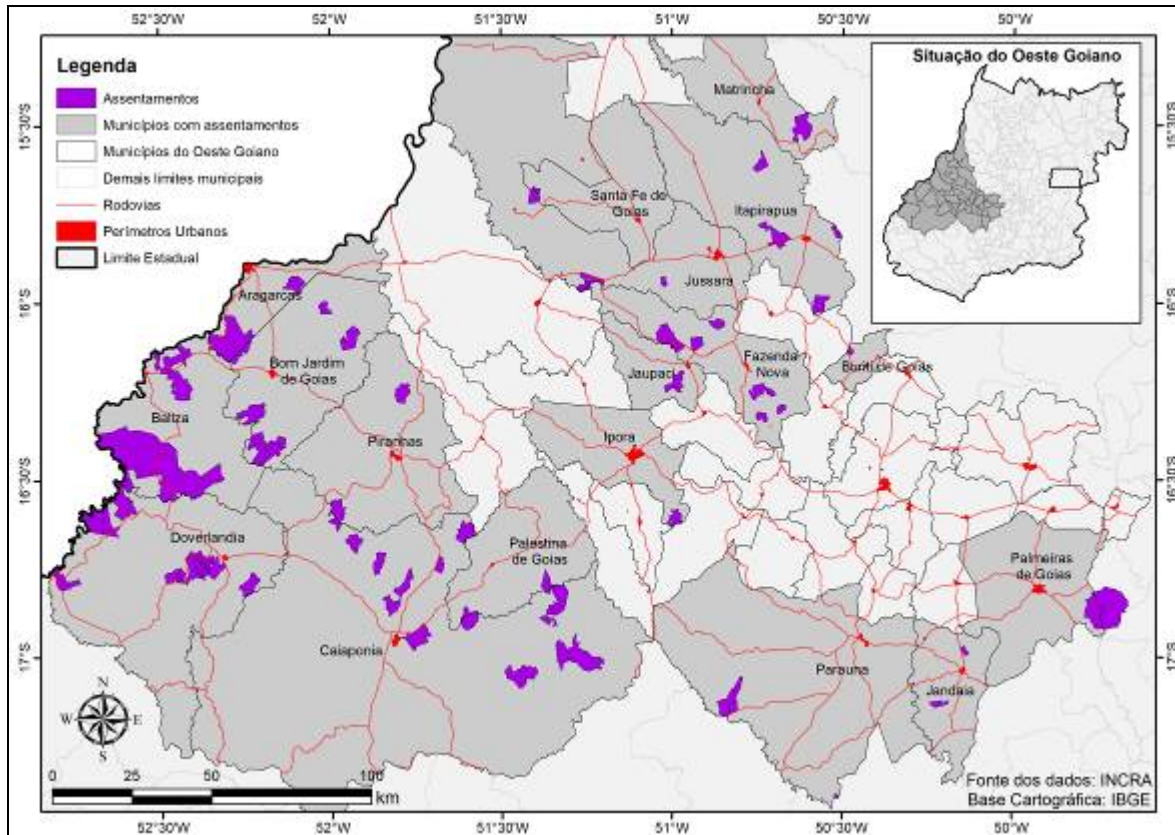
As cartografias existenciais dos sujeitos com suas histórias e sonhos, a vida no acampamento, as reuniões coletivas, a educação das crianças, o cultivo de pequenas roças e hortas são observações que aproximam a interpretação geográfica desta realidade. No horizonte das lutas dos trabalhadores sem-terra acampados está a conquista do território com a efetivação da política de distribuição de terra por meio dos assentamentos.

Ademais, objetivando apreender a realidade destas duas experiências, no segundo momento da pesquisa realizou um campo em áreas do Acampamento Padre Nilo.

A luta pela permanência na terra de trabalho: Assentamento Padre Nilo, Iporá/GO-Amorinópolis/GO.

O predomínio de atividades pecuárias, a presença de agricultores familiares, a distribuição espacial de dezenas de 73 assentamentos de reforma agrária (Mapa 1), com aproximadamente 3.888 famílias assentadas em municípios do Oeste Goiano, a atuação de militantes em defesa da água, da terra e de alimentos saudáveis em luta no Território do Médio Araguaia revelam elementos que são centrais na compreensão da questão agrária nesta região de planejamento. Com ênfase nos assentamentos como política pública do governo federal que contribui para diminuir as desigualdades da estrutura fundiária brasileira, no Oeste Goiano a produção destes territórios revelam esforços coletivos de organização para se manter na terra com dignidade, produzindo alimentos saudáveis para o próprio consumo e geração de renda. Os assentamentos são, assim, território da existência para os *trabalhadores da terra*.

Mapa 1 – Distribuição geográfica dos Assentamentos de Reforma Agrária no Oeste Goiano -2017.



Elaboração: Nascimento, 2017.

A apropriação desigual da terra no Oeste Goiano revela, por outro lado, a expansão de atividades que contrapõem a compreensão do território como lugar de existência e produção de alimentos saudáveis. Portanto, as características espaciais marcadas pela agricultura familiar camponesa, acampamentos e assentamentos de reforma agrária etc., somam-se também aos efeitos da expansão do agronegócio da soja em municípios como Palestina de Goiás, Montes Claros de Goiás, Paraúna e Diorama nos últimos anos, com implicações na ocupação e usos da terra e da água.

Tabela 1 - Expansão da monocultura de soja em municípios do Oeste Goiano, Goiás

Municípios	Período			
	2005		2015	
	Área Plantada (hect.)	Qt. Produzida (t)	Área Plantada (hect.)	Qt. Produzida (t)
Diorama	600	1.500	2.000	4.800
Palestina de Goiás	5.500	14.000	12.000	31.680
Montes Claros de Goiás	15.000	30.000	31.812	72.531
Parauna	72.000	133.920	103.500	229.770

Fonte: Instituto Mauro Borges, 2016.

A expansão da monocultura de soja revela, ao mesmo tempo, o controle dos territórios pelo capital privado e subordinado as imposições do mercado internacional de *commodities*. Significa a transformação da terra e da água em mercadorias. As implicações territoriais desse processo imprimem estratégias de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2013) e pilhagem do trabalho. Sendo assim, a compreensão crítica e a relevância em desvelar as contradições deste modelo de produção de *commodities* controlado pelo *agrohidronegócio* expressa também a proposição de alternativas que respeitam o trabalho, os usos sustentáveis da terra e da água.

Logo, atentos as estas questões buscou-se em um dos assentamentos do Oeste Goiano – o Assentamento Padre Nilo (Foto 4) - analisar a importância das políticas fortalecem a permanência dos trabalhadores no campo e da agricultura familiar camponesa como fundamental na produção de alimentos saudáveis para a população do campo e das cidades.

Foto 4 - Placa na chegada com o nome do Assentamento e com informações de tamanho de área e quantidade de famílias assentadas.



Fonte: Trabalho de campo, Agosto de 2017.

Autor: Ferreira, 2017.

Criado em 2006, o Assentamento Padre Nilo está dividido em 34 lotes onde vivem 36 famílias. Um dos entrevistados no Assentamento conta parte de sua história e a importância da conquista da terra: *“eu estou aqui desde o início. A conquista da terra mudou minha vida. Antes eu vivia no trecho, vivia em terra de patrão, passava dificuldade quando ficava sem emprego e quando arrumava me sentia explorado. Eu tinha consciência da minha condição de explorado por isso queria mudar minha vida. Quando eu entrei para o movimento social, compreendi melhor nossa realidade, eles ofereciam muita formação para o povo. Eu acredito que isto contribui para minha conquista. Hoje estou aqui, tenho minha casa, minha família vive bem, produzimos nossos alimentos, não preciso submeter os desmandos e violência de patrão, porque só o fato de sermos empregados, ter que fazer as coisas sem autonomia e gerar lucro para o outro, isso é violência, você não acha?”*. (Informação vera, Acampamento Terra para todos, Amarinópolis/GO, Agos./2017). Para este e outros trabalhadores a conquista da terra efetivou sonhos, transformou a vida e o trabalho de sujeitos que vivem na e da terra.

No entanto, as famílias assentadas também relataram dificuldades para permanecer na terra. Em um dos relatos a família entrevistada pontuou o acesso a políticas de desenvolvimento rural. *“Nós acreditamos que o governo precisa dar mais atenção para o povo que vive no campo, para as famílias assentadas de reforma agrária. Não basta jogar o trabalhador na terra, é preciso políticas para mantê-los com qualidade na terra, com casa boa, água encanada, luz elétrica, mercados para os alimentos que produzimos. Precisamos lutar por melhores políticas de desenvolvimento rural para a agricultura familiar”* (Informação vera, Acampamento Terra para todos, Amarinópolis/GO, Agos./2017). Pontuaram a necessidade de que sejam fortalecidas ações de apoio técnico, esclarecimentos de uso e manejo do solo, doação de mudas de árvores frutíferas e comercialização da produção.

A produção de alimentos nos lotes do Assentamento é diversificada, com cultivos de milho, mandioca, melancia, maracujá, coco da bahia, jaca, pimenta, jiló, quiabo e vários outros tipos de hortaliças além de animais para o consumo como porco, galinhas, patos, angolas, e gado para produção de leite e carne. Destaca-se também a importância desta produção para complementação de renda mediante a comercialização de produtos em feiras, mercados e contatos com consumidores particulares. Os próprios quintais das famílias assentadas revelam a abundância e diversidades de alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa.

Foto 5 - Imagem de um dos quintais das famílias no assentamento Padre Nilo.



Fonte: Trabalho de campo, Agosto de 2017.

Autor: Ferreira, 2017.

Foto 6 - Aves que são criadas pelas famílias do assentamento Padre Nilo, como Peru, Galinhas e Patos e também Bovinos e Suínos.



Fonte: Trabalho de campo, Agosto de 2017.

Autor: Ferreira, 2017.

Como relatado, mesmo com esta produção diversificada nas áreas de cada lote do Assentamento, muitas famílias não acessam nenhum programa do governo. Devido as dificuldades de escoamento da produção de alimentos como hortaliças e frutas, a maior parte das famílias assentadas optou por criação de gado leiteiro onde tem um maior escoamento da produção, podendo criar uma renda sustentável para a família. Mas, como não são todos os assentados que possuem animais, e alguns tem que trabalhar fora como diaristas para conseguir manter o sustento com uma renda extra.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente na terra, para os entrevistados mudou muitas coisas em suas vidas após a conquista do lote no Assentamento. A possibilidade de cuidar do seu próprio espaço, ter a liberdade de produzir o necessário, alguns fugindo das turbulências e marginalidade das cidades e podendo viver com mais qualidade de vida no próprio território de existência coletiva.

Considerações finais

No Oeste Goiano, enquanto em alguns municípios o *agrohidronegócio* se organiza e se expande através da monocultura da soja, uso de agrotóxicos e produção voltada para a exportação, territórios camponeses também se organizam por meio das ocupações de terras, conquistas de assentamentos de reforma agrária, produção em pequena escala, práticas agroecológicas e produção diversificada de alimentos, como feijão, milho, cana, banana, abóbora e melancia. Nos territórios camponeses, essa produção está voltada para o auto-consumo da família e comercialização do excedente, garantindo uma vida digna na terra. Por outro lado, o *agrohidronegócio* impõe a lógica de transformação do trabalho, da água e terra em mercadorias que abastecem o mercado internacional de *commodities*.

As duas experiências de luta pela terra, reforma agrária e permanência nos territórios da vida e do trabalho – o Acampamento ‘Terra para todos’ e o Assentamento Padre Nilo – contribuem para fortalecer as leituras geográficas da questão agrária no Oeste Goiano. Também permitem desvelar as contradições e conflitos que marcam o espaço agrário nesta região de Planejamento em Goiás.

A pesquisa demonstrou também que a luta dos camponeses e trabalhadores sem-terra não acaba com a conquista do assentamento e da terra de trabalho através do lote de cada família. Constatou-se, assim, que a permanência na terra diante das dificuldades de acesso a políticas públicas, escoamento da produção, qualidade da água e sua escassez nos períodos de seca, moradia e transporte para as crianças e adolescentes até a escola são elementos que prolongam as lutas dos sujeitos, mantêm o movimento contínuo por dignidade nos territórios da existência e do trabalho.

Referências

CAUME, D. J. **O MST e os assentamentos de reforma agrária**: a construção de espaços sociais modelares. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

CLEPS JÚNIOR, J. Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M, A.; SANTOS, R. A dos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P.35-54

FABRINI, J. E. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra**: experiências e lutas no Paraná. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

IMB – Instituto Mauro Borges. Goiânia/GO, 2017.

MARTINS, J. de. S. **O cativo da terra**. 2.ed. São Paulo: LEHC, 1981.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A. U de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1996.